NORTEC QUÍMICA S/A

CNPJ-MF 29.950.060/0001-57

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs acionistas: Dando cumprimento as disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Sociedade, bem como as notas explicativas, acompanhadas do parecer dos auditores Independentes, do exercício encerrado em 31/12/2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2013 E DE 2012 (Em R$ mil)

Ativo		2013	2012
Circulante:		54.917	47.827
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.417	12.973
Contas a receber	5	15.671	14.275
Estoques	6	18.135	16.886
Impostos a recuperar	7	2.029	2.173
Outros		2.665	1.520
Não Circulante:		15.522	12.438
Realizável a longo prazo - outros		58	237
Imobilizado líquido	8	15.464	12.201
Total		70.439	60.265
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante:		11.544	12.685
Empréstimos e financiamentos:	9	1.565	1.774
Com terceiros		439	534
Com parte relacionada - BNDES		1.126	1.240
Fornecedores	10	2.158	5.767
Obrigações sociais e trabalhistas		1.640	1.740
Obrigações fiscais		1.416	756
Dividendos mínimos obrigatórios	12	2.240	2.194
Adiantamento de clientes		2.182	29
Outros		343	425
Não Circulante:		7.384	4.349
Empréstimos e financiamentos:	9	7.121	4.005
Com terceiros		–	383
Com parte relacionada		7.121	3.622
Contingências	11	80	187
Outros		183	157
Patrimônio Líquido:	12	51.511	43.231
Capital social		19.425	19.425
Reservas de lucro		32.086	23.806
Total		70.439	60.265

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em R$ mil, exceto lucro líquido por ação)	2013	2012
Operações Continuadas:	(11.706)	(13.259)
Receita de venda de produtos:	90.921	90.717
Nacional	85.453	87.620
Exportação	5.468	3.097
Custo dos produtos vendidos	(62.649)	(62.892)
Lucro Bruto	28.272	27.825
Despesas gerais e administrativas	(6.426)	(6.713)
Salários e encargos sociais	(6.416)	(6.230)
Gastos com pesquisa	(1.150)	(901)
Subvenção para pesquisa (Incondicionais)	2.422	690
Depreciação e amortização	(307)	(239)
Outras receitas	171	134
Resultado antes das Receitas e Despesas	**16.566**	**14.566**
Receita financeira	840	940
Despesa financeira:	(3.585)	(2.081)
Juros sobre capital próprio	(2.162)	(2.076)
Outros	(865)	(713)
Variação cambial e monetária líquida	(1.398)	(232)
Lucro antes do IR e da CS	**12.981**	**12.485**
Imposto de renda e contribuição social	(4.348)	(4.213)
Lucro Líquido antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	8.633	8.272
Reversão dos juros sobre capital prórpio	2.162	2.076
Lucro Líquido do Exercício	**10.795**	**10.348**
Lucro Líquido por Ação (R$) - básico e diluído	**0,91**	**0,87**
Quantidade Média Ponderada de Ações Ordinárias em Circulação	**11.877.395**	**9.501.916**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO ABRANGENTE (Em R$ mil, exceto valores por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucro: Reserva Legal	Reservas de Lucro: Outras Reservas de Lucro	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente Total
Saldos em 1/12/12	19.425	1.452	15.219	(707)	35.389	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.348	10.348	10.348
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	517	–	(517)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios:						
Na forma de juros sobre capital próprio (média de R$0,17 por ação)	–	–	–	(2.076)	(2.076)	–
Na forma de dividendos (média de R$0,04 por ação)	–	–	–	(430)	(430)	–
Constituição de reservas	–	–	6.618	(6.618)	–	–
Saldos em 31/12/12	19.425	1.969	21.837	–	43.231	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.795	10.795	10.795
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	540	–	(540)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios:						
Na forma de juros sobre capital próprio (média de R$0,18 por ação)	–	–	–	(2.162)	(2.162)	–
Na forma de dividendos (média de R$0,03 por ação)	–	–	–	(402)	(402)	–
Constituição de reservas	–	–	7.691	(7.691)	–	–
Outros	–	–	49	–	49	–
Saldos em 31/12/13	**19.425**	**2.509**	**29.577**	–	**51.511**	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Em R$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2013	2012
Lucro líquido do exercício	10.795	10.348
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização - custo e despesa	1.419	816
Baixa de valor residual do ativo imobilizado	–	273
Variação cambial	1.398	232
Diminuições (aumentos) nos ativos		
Contas a receber	(1.396)	(5.070)
Estoques	(1.249)	(3.346)
Impostos a recuperar	144	(2)
Outros	(966)	(867)
Aumentos (diminuições) nos passivos		
Fornecedores	(5.007)	3.171
Obrigações sociais e trabalhistas	(100)	354
Obrigações fiscais	660	(928)
Adiantamento de clientes	2.153	–
Contingências	(107)	187
Outros	(56)	104
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.688	5.272
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(4.682)	(2.114)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(4.682)	(2.114)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos obtidos	4.400	–
Empréstimos pagos	(1.493)	(2.051)
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	(2.469)	(2.706)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	438	(4.757)
Aumento Líquido (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.444**	**(1.599)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**12.973**	**14.572**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	**16.417**	**12.973**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS (Em R$ mil)

	2013	2012 (reapresentado)
Receitas		
Venda de produtos	97.757	96.554
Outras receitas	164	–
Insumos adquiridos de Terceiros (inclui impostos incidentes)		
Custos dos produtos vendidos	(52.059)	(54.132)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.367)	(9.028)
Valor Adicionado Bruto	33.495	33.394
Depreciação e amortização	(1.419)	(816)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Sociedade	32.076	32.578
Valor Adicionado recebido em Transferência		
Receita financeira	917	940
Variação cambial ativa	1.305	1.398
Subvenções	2.422	690
Valor Adicionado Total a Distribuir	**36.720**	**35.606**
Distribuição do Valor Adicionado:		
Pessoal	(8.642)	(10.282)
Remuneração direta	(5.256)	(5.711)
Benefícios	(2.647)	(3.943)
FGTS	(739)	(628)
Impostos, Taxas e Contribuições	(13.210)	(12.135)
Federal	(8.230)	(7.252)
Estadual	(4.971)	(4.882)
Municipal	(9)	(1)
Remuneração de Capitais de Terceiros	(4.073)	(2.841)
Despesa financeira	(909)	(713)
Variação cambial passiva	(2.736)	(1.667)
Aluguéis	(428)	(461)
Remuneração de Capitais Próprios	(10.795)	(10.348)
Dividendos de resultado do exercício e juros sobre capital próprio	(2.564)	(2.506)
Lucros retidos usados	(8.231)	(7.135)
Prejuízos	–	(707)
Valor Adicionado Total Distribuído	**(36.720)**	**(35.606)**

NOTAS EXPLICATIVAS. **1.** Contexto Operacional. As atividades da Nortec Química S.A. compreendem basicamente a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezessete, 200, no Distrito Industrial Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias/ RJ. Em 23/11/2012, a Sociedade conseguiu o registro de Cia. Aberta "A" na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Os principais clientes da Sociedade nos exercícios sociais de 2013 e 2012 foram: Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos 8 principais clientes: Sanofi, Cristália, EMS, Aspen, Takeda, Brainfarma, Medley e Eurofarma. **2.** Resumo das Principais Políticas Contábeis. 2.1. Declaração de conformidade. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis da Cia. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Essas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração em 20/02/2013. 2.2. Base de elaboração. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Ajustes a valor presente. Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. 2.4. Reconhecimento de receita. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir: *Receita de venda:* A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: a) a Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; b) a Sociedade não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Sociedade; e e) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. *Juros (receita financeira):* A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. 2.5. Moeda estrangeira. A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o real. Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (o real), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. A Sociedade não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. 2.6. Custo dos empréstimos. Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. 2.7. Subvenções governamentais. As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Sociedade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Sociedade reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar. Os empréstimos do BNDES, nota explicativa 9, possuem taxas que são consideradas de mercado para os tipos de operação que financia; portanto, não são considerados como subvenções governamentais. 2.8. Tributação. A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. *Impostos correntes:* A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Sociedade com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. *Impostos diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. 2.9. Imobilizado. Os ativos imobilizados estão ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Organização. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. 2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor Sociedade de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 2.11. Ativos intangíveis. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.12. Estoques. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. 2.13. Provisões. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. *Contratos onerosos:* Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. *Reestruturações:* A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Sociedade tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa. 2.14. Instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 2.15. Ativos financeiros. Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. *Método de juros efetivos:* O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: - for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou - no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou - for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: - tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou - o ativo financeiro for parte de uma Sociedade gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e - seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Sociedade, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou - fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 14. *Investimentos mantidos até o vencimento:* Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* A Sociedade não possui ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos em ações que sejam classificadas como ativos financeiros. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir: - Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou - Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou - Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou - Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Sociedade na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do ativo na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável. *Baixa de ativos financeiros:* A Sociedade baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Sociedade não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Sociedade continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado. Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, a Sociedade aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes. 2.16. Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". *a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: - foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; - faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Sociedade e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e - é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: - tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; - o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Sociedade, e quando as informações a respeito da Sociedade forem fornecidas internamente com a mesma base; ou o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 -Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 14. *b) Empréstimos e financiamentos:* Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. *c) Outros passivos financeiros:* Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. *d) Contratos de garantia financeira:* A Sociedade não possui contratos de garantia financeira. *e) Baixa de passivos financeiros:* A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.** Principais Julgamentos na aplicação das Políticas Contábeis. Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. 3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis. A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* A Administração revisou os ativos financeiros da Sociedade em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de a Sociedade manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R$32.088 (31/12/2012: R$27.248). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa 14. 3.2. Principais fontes de incerteza nas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. *Recuperação de ativos de vida longa ("impairment"):* Ativos que têm vida útil indefinida e não sujeitos à amortização têm sua recuperação testada anualmente, enquanto que os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisado pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda. *Vida útil dos bens do imobilizado:* A Sociedade considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. Não houve alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração considera a vida útil econômica previamente estimada como adequada. *Avaliação de instrumentos financeiros:* Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 14, a Sociedade usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 14 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. 3.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas. *Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31/12/2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.* • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"): contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33"): contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB – International Accounting Standards Board. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. *Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.* • IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2015). A Cia. não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras. • IFRIC 21 – Tributos: fornece orientações de quando a Cia. deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2015). A Cia. não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras. • Modificação à IAS 32 – CPC 32: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - As revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2015). A Cia. não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Cia. está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Cia. **4.** Caixa e Equivalentes de Caixa. O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder da Sociedade, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, de três meses ou menos, todos líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras em CDB (HSBC, Itaú, Banco do Brasil e Santander)	11.124	11.132
Caixa	4	4
Saldos bancários	5.289	1.837
Total	16.417	12.973

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 101,25 a 102,00% do CDI.

5. Contas a Receber

	31/12/2013	31/12/2012
Clientes nacionais	14.604	13.628
Clientes estrangeiros	1.067	647
Total	15.671	14.275

O período médio de crédito na venda de produtos é de 42 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. Do saldo de contas a receber de clientes no fim do exercício, o maior volume são devidos pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, um dos principais clientes da Sociedade (vide nota explicativa 1). O saldo da conta "Contas a receber de clientes" inclui valores (vide a análise por vencimento) vencidos no final do período de relatório, para os quais a Sociedade não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis. A Sociedade não tem garantias para esses saldos nem tem o direito legal de compensá-los com valores devidos pela Sociedade ao devedor, quando aplicável. Composição por vencimento do contas a receber que não estão incluídos como devedores duvidosos e portanto provisionados como de créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	8.952	6.876
Vencidos até 30 dias	5.186	4.103
Vencidos de 30 até 60 dias	1.309	2.768
Vencidos de 60 até 90 dias	192	–
Vencidos de 91 até 120 dias	7	7
Vencidos de 121 até 180 dias	1	399
Vencidos acima de 180 dias	24	122
	15.671	14.275

A Sociedade normalmente constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber nacionais vencidas há mais de 90 dias e internacionais vencidas há mais de 180 dias, entretanto, para o montante de R$24 vencidos a mais de 180 dias de clientes nacionais e estrangeiros, a Administração da Sociedade não efetuou a provisão para perda desse valor, já que está em negociação junto aos clientes. A Sociedade considera ainda para a constituição e provisão para créditos de liquidação duvidosa, valores irrecuperáveis, estimados e determinados em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor. Antes de aceitar novos clientes, a Sociedade avalia qualidade de crédito do potencial cliente e define os limites de crédito por cliente. Os limites e a pontuação atribuídos aos clientes são revisados periodicamente duas vezes ao ano.

6. Estoque.

	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	7.975	4.669
Produtos em processo	3.565	4.077
Matérias - primas	6.595	8.140
Total	18.135	16.886

A Administração espera que os estoques sejam vendidos em um período inferior a 12 meses. **7.** Impostos a Recuperar.

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ	467	446
CSLL	716	814
COFINS	202	466
PIS	44	168
IPI a Recuperar	125	145
IRPJ e CSLL Complementares	202	–
IRPJ e CSLL Diferidos	91	64
Outros	182	70
Total	2.029	2.173

8. Imobilizado.

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 2013	Valor líquido 2012
Terrenos		58	–	58	58
Instalações	10%	9.646	(4.124)	5.522	5.280
Máquinas e equipamentos	10%	11.909	(7.843)	4.066	2.779
Móveis e utensílios	10%	800	(587)	213	180
Veículos	20%	353	(194)	159	219
Equipamentos de informática	20%	1.224	(720)	504	388
Imobilizado em andamento		4.379	–	4.379	3.287
Outros	20%	2.296	(1.733)	563	10
Total		30.665	(15.201)	15.464	12.201

Movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2013:

	Saldo líquido em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo líquido em 31.12.2013
Terrenos	58	–	–	–	–	58
Instalações	5.280	–	–	618	(376)	5.522
Máquinas e equipamentos	2.779	172	–	1.932	(817)	4.066
Móveis e utensílios	180	63	–	–	(30)	213
Veículos	219	–	–	–	(60)	159
Equipamentos de informática	388	232	–	–	(116)	504
Imobilizado em andamento	3.287	4.200	–	(3.108)	–	4.379
Outros	10	15	–	558	(20)	563
Total	12.201	4.682	–	–	(1.419)	15.464

Parte do ativo imobilizado no montante de R$9.234, a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao BNDES. A Administração da Sociedade considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. Não houve alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração considera a vida útil econômica previamente estimada como adequada. **9.** Empréstimos e Financiamentos.

	31/12/2013 Circulante	31/12/2013 Não circulante	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante
Empréstimos com terceiros:				
FUNDES – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social	439	–	534	383
Empréstimos com partes relacionadas:				
BNDES - Contrato 08.202.291/010	600	902	681	1.423
BNDES - Contrato 09.207.681/019	500	919	559	1.360
BNDES - Contrato 13.2.0554.1/013A	9	1.200	–	–
BNDES - Contrato 13.2.0554.1/030C	17	3.200	–	–
Outros acionistas	–	900	–	839
	1.126	7.121	1.240	3.622
Total	1.565	7.121	1.774	4.005

Empréstimos com Terceiros - FUNDES. Principal: R$2.351 mil; Juros: 6% a.a. Vencimento: Juros trimestrais e o principal em 60 meses a partir de dezembro/09; Garantia: Carta fiança Bradesco. Empréstimos com Terceiros – Outros (Mútuo). Principal: R$29 mil; Juros: 2% a.a. Vencimento: Juros Mensais e TJLP – Vencimento até julho/15. Garantia: Empréstimos com Terceiros – Outros acionistas; Principal: R$714 mil; Juros: 2% a.a. Vencimento: Juros Mensais e TJLP – Vencimento até julho/16; Garantia: -. Empréstimos com Partes Relacionadas – BNDES (acionista – vide nota 12). • Contrato BNDES Nº 08.202.291/010; Principal: R$3.000 mil; Juros: 4,5% a.a. Vencimento: Juros trimestrais e o principal em 60 parcelas a partir de junho/11. Garantia: Bens dos Sócios Majoritários. • Contrato BNDES N° 09.207.681/019; Principal: R$2.500 mil; Juros: 3,5% a.a. Vencimento: Juros trimestrais e o principal em 60 parcelas a partir de novembro/11; Garantia: Bens dos Sócios Majoritários. O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente esses contratos, se for comprovado o seguinte: 1) Redução do quadro de pessoal; 2) Existência de sentença condenatória, que importe em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raças ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; 3) A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, que limite ou cerceiem o controle de qualquer empresa pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importem em: I- Restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico; II- Restrições de acesso da beneficiária a novos mercados, ou III- Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação. Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidade diversas, o BNDES comunicará o fato ao Ministério Público Federal. Este contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade de dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na beneficiária ou esteja entre os seus proprietários ou diretores. Caso ocorra, o vencimento será no prazo de 5 dias úteis a contar da data da diplomação. • Contrato BNDES Nº 13.2.0554.1; Principal: Limitado a R$20.996 mil; Juros: De 1,5% a 4,5% a.a. Vencimento: Juros trimestrais e o principal em 60 parcelas a partir de setembro/16; Garantia: Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação. O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente esses contratos, se forem comprovados o seguinte: 1) Redução do quadro de pessoal; 2) Existência de sentença condenatória, que importe em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raças ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; 3) A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; 4) O não cumprimento da cláusula décima primeira, inciso XI: "formalizar a nomeação de novo (s) fiador (es) para assumir (em) o encargo, no prazo de até 30 dias contados a partir do falecimento, da interdição ou da declaração de ausência dos Sócios Controladores; 5) A condenação à sanção de proibição de contratação com o Poder Público ou de recebimento de beneficiários ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por sentença transitada em julgado, movida em face da beneficiária. Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este contrato em finalidades diversas, o BNDES comunicará o fato ao Ministério Público Federal. Este contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade de dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na beneficiária ou esteja entre os seus proprietários ou diretores. Caso ocorra, o vencimento será no prazo de 5 dias úteis a contar da data da diplomação. Vencimento da Parcela Não Circulante. A parcela não circulante vence nos seguintes anos: **2013;** 2015: 2.002; 2016: 975; 2017: 895; 2018: 895; 2019 em diante: 2.354; Total: 7.121. Resultado das Operações com Partes Relacionadas. Os empréstimos com o BNDES (partes relacionada – acionista - vide nota 12) e outros geraram juros classificados como despesa financeira no resultado de 2013, no montante de R$205 (2012 – R$202).

10. Fornecedores.

	31 de dezembro 2013	2012
Fornecedores nacionais	1.297	3.248
Fornecedores estrangeiros	861	2.519
Total	2.158	5.767

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. **11.** Contingências. A Administração da Sociedade, suportada por seus consultores legais, entende que os valores provisionados como contingências, no valor total de R$80, é suficiente para cobrir perdas prováveis nesses processos. O total das contingências cuja perda é considerada possível é de R$4.395 e, pela própria definição, não foi contabilizada. As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável. Como a legislação é freqüentemente sujeita a interpretações, não é possível assegurar a aprovação final desses impostos e contribuições pelas autoridades legais e fiscais competentes. **12.** Patrimônio Líquido. Capital social: Em 31/12/2013 e de 2012, o capital social autorizado, subscrito e integralizado está representado e divididos entre seus acionistas conforme abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais "B"	Total
Acionistas Controladores	9.501.915	–	9.501.915
BNDES Participações S.A.	–	2.375.479	2.375.479
Outros	1	–	1
Total	9.501.916	2.375.479	11.877.395

As ações ordinárias e preferenciais dão direito a um voto por ação e a dividendos de 25% do lucro líquido ajustado, segundo a legislação societária. É o seguinte o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios: Lucro líquido do exercício - 10.795; Constituição da reserva legal – 5% - (540); Base de cálculo - 10.255; Dividendos mínimos obrigatórios (25%) - 2.564; Total na forma de juros sobre capital próprio e na forma de dividendos - 2.564; Dividendos de 2013 pagos - (324); Total dos dividendos mínimos obrigatórios a pagar – passivo - 2.240. A Administração está propondo que o saldo remanescente do lucro do exercício, após a destinação para a reserva legal e para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios seja destinado à constituição de reservas de lucro. A Administração está analisando a destinação do excedente das reservas de lucros sobre o capital. **13.** Imposto de Renda e Contribuição Social. A Sociedade não apresenta em 31/12/2013 e de 2012 prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro. Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.981	12.485
Imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(4.414)	(4.245)
Outros	66	32
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(4.348)	(4.213)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

	2013	2012
Diferenças temporárias	155	155
Provisão para perda na realização de impostos diferidos ativos	(155)	(155)
Total	–	–

Em 11/11/2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A MP 627/13 dispõe sobre: • A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; • A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e • O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A Administração da Cia. aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, a Administração não espera que existam impactos relevantes para a Cia.. **14.** Instrumentos Financeiros. *14.1. Gestão de risco de capital.* A Sociedade administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Sociedade permanece inalterada desde 2009. A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 9), deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Sociedade (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido. A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. O índice de endividamento em 31/12/2013 é de 0%, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Dívida (a) - Empréstimos e financiamentos	8.686	5.779
Caixa e equivalentes de caixa	(16.417)	(12.973)
Dívida líquida	(7.731)	(7.194)
Patrimônio líquido (b)	51.511	43.231
Índice de endividamento líquido	N/A	N/A

A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota 9. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital. *14.2. Categorias de instrumentos financeiros.* Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram:

	2013 Valor justo através do resultado	2013 Custo amortizado	2013 Total	2012 Valor justo através do resultado	2012 Custo amortizado	2012 Total
Total						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	16.417	–	16.417	12.973	–	12.973
Contas a receber	–	15.671	15.671	–	14.275	14.275
(Passivos)						
Empréstimos e financiamentos - terceiros	–	(439)	(439)	–	(917)	(917)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	–	(8.247)	(8.247)	–	(4.862)	(4.862)
Fornecedores	–	(2.158)	(2.158)	–	(5.767)	(5.767)
Líquido	16.417	4.827	21.244	12.973	2.729	15.702

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção ("hedge") em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. *14.3. Objetivos da administração dos riscos financeiros.* O Departamento de Tesouraria Corporativa da Sociedade coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Sociedade por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. *14.4. Risco de mercado.* Por meio de suas atividades, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil de sua operação e, portanto bem equacionado. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo. As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração. *14.5. Gestão de risco de taxa de câmbio.* A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2013, o dólar norte-americano sofreu valorização de 14,64% frente ao real (2012 – valorização de 8,94%). É a seguinte a exposição ao risco de câmbio em 31/12/2013, representado

continua

NORTEC QUÍMICA S/A

CNPJ-MF 29.950.060/0001-57

pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira:

	R$ mil	
	2013	Moeda
Ativo:		
Contratos de cambio em andamento	781	US$
Contas a receber	1.066	US$
Adiantamento a fornecedores	2.102	US$
Passivo:		
Seguro Transporte	181	US$
Fornecedores	861	US$

Análise de sensibilidade à moeda estrangeira: A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Sociedade ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do período de relatório para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui contas quando a denominação desses valores é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Para uma desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados a seguir seriam negativos. Em caso de desvalorização do real de 10% em relação à outra moeda, os efeitos no resultado e patrimônio seriam os seguintes: **2013;** Resultado - (291); Patrimônio - (291). Em caso de valorização do real de 10% em relação à outra moeda, os efeitos no resultado e patrimônio seriam os seguintes: **2013;** Resultado - 291; Patrimônio - 291. Em 31/12/2013, a Sociedade não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício. *14.6. Gestão do risco de taxa de juros.* O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas. Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado. *14.7. Gestão de risco de crédito.* O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Sociedade utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Sociedade e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração. Do saldo de contas a receber de clientes no fim do exercício, o maior volume são devidos pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e a Blanver Farmoquímica que foram os principais clientes da Sociedade (vide nota explicativa 1) nos exercícios de 2013 e 2012. Demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco. A Sociedade não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Sociedade não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros. *14.8. Gestão do risco de liquidez.* A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R$5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez. *14.9. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo.* A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir: - O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. - O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados. Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. **15.** Receita. A seguir, a análise da receita da Sociedade no exercício para operações continuadas:

	2013	2012
Vendas nacionais	92.289	93.457
Vendas para o exterior	5.467	3.097
Total	97.756	96.554

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2013	2012
Receita bruta	97.756	96.554
Menos:		
Cancelamentos incondicionais	(1.490)	(727)
Impostos sobre vendas	(5.345)	(5.110)
Total	90.921	90.717

16. Cobertura de Seguros. A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Sociedade considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

	Limite máximo de indenização em 31/12/2013	
Riscos operacionais:	Danos materiais	Responsabilidade civil
Compreensivo empresarial	11.000	20.500
Veículos	440	580
	11.440	21.080
Riscos financeiros	2.156	–
TOTAL	13.596	21.080

17. Outras Informações. Informamos que não foram prestados outros serviços pela PremiumBravo Auditores Independentes, além dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

A DIRETORIA - Marco Antônio Souza Medeiros

Contador CRC - RJ 084.090/O-7 - CPF 009.526.197-41

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do Nortec Química S.A. Duque de Caxias - RJ. 1. Examinamos as demonstrações contábeis da Nortec Química S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis.** 2. A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sem ressalva**. 4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no § 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos**. 5. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida apenas pela legislação societária brasileira para as Cias. de capital aberto e para as sociedades de grande porte e como informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) que não requerem a apresentação da demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no § 3 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 18 de março de 2014. PREMIUMBRAVO AUDITORES - Auditores Independentes - CRC- RJ 004216/8; LUIS AURÊNIO BARRETTO - Contador - CRC-RJ 076875/0.